

Identidade e diferença: a prática discursiva como estratégia nas aulas de língua materna

Identity and difference: a discursive practice as strategy in native language classes

Avany Aparecida Garcia¹

Iracema Gabler²

RESUMO

Este artigo aborda as perspectivas atuais da teorização sobre a Identidade e a Diferença, postulando a viabilidade das aulas de língua materna como espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma prática discursiva estratégica, que articule as dimensões simbólica e social, constitutivas da linguagem e da identidade, problematizando-as. Para tanto, são apreciadas bases teóricas, bem como estudos recentes que versam sobre a identidade e suas relações com o discurso, aludindo às tendências de ponta da Linguística, orientadas para o trabalho com a língua materna em sala de aula. Depreende-se dessas considerações, a vinculação intrínseca do processo de construção da identidade às propriedades da linguagem, sendo a diferença uma das características principais do funcionamento desta e, por extensão, também da identidade, como instituição cultural e social. Conjectura-se, assim, que o ensino da língua materna, a partir de uma perspectiva científica, reflexiva quanto aos mecanismos de realização da linguagem, da produção do sentido, da instituição do sujeito e quanto à relação desses fenômenos com as determinações histórico-sociais, pode configurar-se em um poderoso artifício de

¹ Mestra em Letras . Professora da FAAr - Faculdades Associadas de Ariquemes. Tutora Presencial do Curso de Letras pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UNIR. E-mail: avanygarcia@gmail.com

² Doutora em Linguística. Professora do Departamento de Línguas Vernáculas da UNIR – *Campus* de Porto Velho/RO. Membro do Grupo de Estudos Integrados sobre a Aquisição da Linguagem – GEAL. E-mail: igabler@globo.com

subversão do essencialismo identitário e linguístico, ao se reconhecer o caráter representativo da identidade e da diferença, procedendo-se a uma prática discursiva que, sistemicamente, interfira nesse curso, dando voz aos menos favorecidos pelas relações de poder.

Palavras-chave: Identidade e Diferença. Prática Discursiva. Ensino de língua materna.

ABSTRACT

This article addresses the current prospects of theorization about the Identity and Difference, by postulating the viability of mother tongue classes as a privileged space for the development of a strategic discursive practice, which articulates the symbolic and social dimensions, constitutive of language and of identity, problematising-them. To do so, theoretical bases are appreciated, as well as recent studies treating about identity and its relations with the speech, alluding to trends of tip of Linguistics, oriented to work with the mother tongue in the classroom. It appears from these considerations, the intrinsic link between the process of identity construction to properties of the language, being the difference one of the main features of the operation of this and, by extension, of identity, such as cultural and social institution. It is conjectured, therefore, that the teaching of the mother tongue, from a scientific perspective, reflective about the mechanisms realization of language, of production of meaning, of the institution of the individual and about relation of these phenomena to the determinations of historical-social, can configure in a powerful artifice of subversion of essentialism and linguistic identitary, when recognize the representative character of identity and difference, proceeding to a discursive practice that, systemically, interfere in this course, giving voice to disadvantaged by power relations.

Keywords: Identity and Difference. Discursive Practice. Teaching Mother Tongue.

Introdução

Nota-se a centralidade de questões relacionadas à identidade, à diferença e de postulações referentes aos sistemas simbólicos e sociais constitutivos destas nas perspectivas de ponta dos Estudos Culturais e da Linguística. O presente trabalho expõe algumas considerações sobre essa temática: sobre os processos de construção da identidade, sobre as características específicas desta na pós-modernidade e sobre sua relação intrínseca com as propriedades constitutivas da linguagem e do sujeito. Assim, conjectura-se a viabilidade do empreendimento de uma prática discursiva nas aulas de língua materna que articule essas dimensões complexas, problematizando-as.

Conta-se, para isso, com as abordagens de Hall (2001, 2009), Woodward (2009), Gabler (2007), Silva (2009), Bauman (2005), discorrendo, inicialmente, sobre o processo de construção da identidade e da diferença e suas relações com a linguagem; e, em seguida, com postulações de Foucault (2007), Pêcheux (1983), Orlandi (1993), Bagno (2002), entre outros, enfocando questões relacionadas à constituição do sujeito, do discurso e às implicações destas no quadro do ensino de língua materna.

Dessa forma, são consideradas abordagens teóricas e conceituais sobre a interdependência da identidade e da linguagem, sobre suas propriedades intrínsecas, entre as quais, a diferença, não na perspectiva do diverso, que se limita ao existente, mas como processo ou operação básica de multiplicidade e de instabilidade que rege a língua e que produz instituições culturais e sociais como a identidade (SILVA, 2009).

Assim, discorre-se, também, sobre postulações que evidenciam a importância e a necessidade de se empreender uma prática discursiva que questione os processos de construção da identidade e da diferença, os sistemas de representação que as reproduzem, acentuando a marginalização de grupos menos favorecidos. Tal empreitada é, então, conjecturada como possível, viável e estratégica através das aulas de lín-

gua materna, a partir de uma postura pedagógica científica e reflexiva quanto aos mecanismos de realização da linguagem, da produção do sentido e da instituição do sujeito. Isso, a propósito de se compreender a relação desses fenômenos com as determinações histórico-sociais, visando questioná-las, perturbá-las e interferir em seu curso, dando voz aos discriminados pelos vetores de força e pelas relações de poder no que respeita ao acesso aos bens sociais (SILVA, 2009).

Espera-se, então, a partir das considerações que ora se propõem, contribuir com a difusão das perspectivas da teoria cultural contemporânea quanto à produção da identidade e da diferença, vislumbrando-se o aproveitamento pedagógico do espaço das aulas de língua materna como um poderoso artifício de subversão do essencialismo identitário e linguístico, à medida que, havendo reconhecimento do caráter representativo da linguagem, da identidade e da diferença, bem como a articulação de suas múltiplas dimensões, seja possível empreender uma prática discursiva que se valha, estrategicamente, dessa sutura para a constituição de novos posicionamentos.

Identidade cultural e linguagem: situando a diferença

Diante da centralidade de questões relacionadas à construção da identidade, à ênfase dada à diferença e considerando a vinculação dessa temática às dimensões constitutivas da linguagem, propõem-se algumas conceituações, bem como uma breve retomada teórica que esboce um pouco da problemática e da complexidade envolvida nessa discussão, suas implicações e decorrências, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais.

Stuart Hall, considerado um dos pioneiros nos Estudos Culturais, assume, em suas proposições sobre a construção da identidade, um posicionamento simpático às ideias de descentramento, deslocamento ou fragmentação das identidades modernas (2001, 2009).

Em sua obra, *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall explora a questão da identidade e da diferença, suas implicações e discute sua provável abrangência. Antes, contudo, adverte que as tendências relacionadas a esse tema são recentes e ambíguas, que “o próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (2001, p. 8).

Assim, Hall atribui o argumento sobre o colapso das identidades modernas às transformações das sociedades no final do século XX, decorrentes de um tipo diferente de mudança estrutural que se estendeu, também, às identidades pessoais, abalando o conceito de sujeito integrado. Dessa perda do sentido estável de si, surgiu, então, a ideia de deslocamento ou descentração do sujeito. Assim, “[...] a descentração dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo” (2001, p. 9, grifo do autor).

Considerando o caráter da mudança na modernidade tardia, em especial o processo da globalização, Stuart Hall relaciona o conceito de deslocamento, usado por Laclau (1990), à ideia de diferença que caracteriza as sociedades desse período: “elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições do sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos” (2001, p. 17).

É interessante observar, no entanto, que essa concepção da diferença, do deslocamento, também oferece proposições positivas

Ele [o deslocamento] desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos e o que ele [Laclau] chama de “recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação” (LACLAU, 1990, p. 40 apud HALL, 2001, p. 17-18).

Hall, ainda, discorrendo sobre o “jogo de identidades”, como este “muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado”, entende que “a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”, tornando-se, assim politizada. Segundo ele, “esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*” (2001, p. 21, grifo do autor).

Visando a uma compreensão mais ampla dessas postulações de Hall, esboçam-se, a seguir, algumas definições mais específicas sobre os processos envolvidos na construção da identidade.

Kathryn Woodward, professora da Open University, no ensaio retirado de seu livro *Identity and difference*, sustenta que na base da discussão sobre a questão da identidade e da diferença “[...] está a tensão entre perspectivas *essencialistas* e perspectivas *não-essencialistas*” (WOORDWARD, 2009, p. 12, grifo da autora). De acordo com essa autora

Por um lado a identidade é vista como tendo algum *núcleo essencial* que distinguiria um grupo de outro [história/biologia]. Por outro, a identidade é vista como um *contingente*; isto é, como um o produto de uma interseção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares. (WOORDWARD, 2009, p. 38).

Similar a Hall, Woodward também afirma que as dimensões políticas da identidade, como se expressam nos conflitos nacionais e étnicos e no crescimento dos “novos movimentos sociais”, estão baseadas na construção/marcação da diferença. Segundo ela, “essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*”. Assim, argumenta, “[...] a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença” (WOORDWARD, 2009, p. 39-40).

Essa abordagem da diferença, contudo, não explica, conforme observa Woodward, o porquê do investimento das pessoas em

posições de identidade, nem por que elas assumem determinadas identidades. Assim, Woodward mostra que “[...] o conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos nesse processo” (WOORDWARD, 2009, p. 55).

De acordo com essa autora, existe uma sobreposição entre os termos “identidade” e “subjetividade”, sendo que esta “sugere a compreensão que temos sobre nosso eu [...], envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”” (WOORDWARD, 2009, p. 55). No entanto, lembra Woodward,

[...] nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a *linguagem e a cultura* dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumir-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. (WOORDWARD, 2009, p. 55, grifo nosso).

Althusser (1971) apud Woodward (2009), com base na versão da psicanálise freudiana de Lacan, “concebe as ideologias como sistemas de representação [...], mostrando que a subjetividade pode ser explicada em termos de estruturas e práticas sociais e simbólicas” (WOORDWARD, 2009, p. 60). Conforme enfatiza Woodward, Lacan, mesmo sendo caracterizado como seguidor de Freud, “faz uma radical reformulação das teorias freudianas, ao enfatizar o simbólico e a linguagem no desenvolvimento da identidade” (WOORDWARD, 2009, p. 62).

Para essa autora, a ênfase que Lacan coloca na linguagem como um sistema de significação, torna-se um elemento central na ampliação da análise de Freud quanto aos conflitos inconscientes “ele privilegia o significante como aquele elemento que determina

o curso do desenvolvimento do sujeito e a direção de seu desejo. A identidade é moldada e orientada externamente, como um efeito do significante e da articulação do desejo” (WOORDWARD, 2009, p. 63).

Nesse sentido, Gabler, justificando a menção de alguns psicólogos no universo da linguística, faz referência a Bruner (2001), considerando que linguagem, cultura e significado estão, intimamente, imbricados e que, sendo assim, “a linguagem não tem a função apenas de transmitir, ela cria realidades e consciência, fornece novos meios à cognição para investigar e explicar o mundo” (GABLER, 2007, p. 315).

Observa-se, assim, que o conceito de representação, na perspectiva de uma determinação externa, cultural, difere, segundo Silva, da ideia clássica de tornar o “real” presente por meio de sistemas de significação. Silva menciona que teóricos ligados aos Estudos Culturais, como Stuart Hall, recuperaram “o conceito de representação desenvolvendo-o em conexão com a teorização sobre a identidade e a diferença” (SILVA, 2009, p. 90).

De acordo com Silva, “No registro pós-estruturalista, a representação é concebida unicamente em sua dimensão significativa, isto é, como um sistema de signos, como pura marca material”. Além disso, nessa perspectiva, “o conceito de representação incorpora todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem” (SILVA, 2009, p. 90-91).

Dessa forma, “a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal [...] é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2009, p. 91). É nesse ponto que, de acordo com Silva, a representação se vincula à identidade e à diferença, uma vez que estas são estreitamente dependentes de representação para adquirirem sentido. É assim, também, que elas se ligam a sistemas de poder.

Silva (2009) enfatiza que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”, sendo esta a razão de a representação ocupar “um lugar tão central na

teorização contemporânea sobre a identidade”. Para ele “questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar o sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (SILVA, 2009, p. 91).

Nesse sentido, as considerações desse autor se tornam extremamente relevantes para o propósito deste artigo, uma vez que buscam verificar as implicações pedagógicas e curriculares das conexões entre identidade e representação. Conforme sugere Silva (2009), “a pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença” (SILVA, 2009, p. 92).

Nesse sentido também, é pertinente aludir a Zygmunt Bauman, segundo o qual “[...] a questão da identidade precisa envolver-se mais uma vez com o que realmente é: uma convenção socialmente necessária” (BAUMAN, 2005, p. 13 apud VECCHI). De acordo com Bauman, “as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (BAUMAN, 2005, p. 35).

Retomando, então, Stuart Hall, com o qual se iniciou esta seção, verifica-se, entre seus postulados, uma proposição recente sobre identidade, a qual, segundo ele não é partilhada por muitas pessoas e pode ser mal compreendida. Entretanto, no caso das considerações que vêm sendo arroladas neste artigo, a conceituação desenvolvida por Hall faz-se pertinente e relevante, uma vez que corrobora a ideia de se empreender uma prática discursiva que considere as múltiplas dimensões constitutivas da identidade e da linguagem, articulando e negociando a diferença. A ele a palavra

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos

particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós [...]. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou fixação do sujeito ao fluxo do discurso [...]. (HALL, 2009, p. 111-112)

Diante dessas postulações, já é possível direcionar, mais, a discussão para as implicações pedagógicas de uma abordagem dos processos de construção da identidade, a propósito de uma prática discursiva que institua um sujeito autor, sob a lei, capaz de agir estrategicamente no questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença, conforme sugeriu Silva (2009) nesta seção.

A perspectiva discursiva nas aulas de língua materna

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

FOUCAULT, 2007, p. 44

Há conhecimento da importante contribuição de Michel Foucault para a problematização de práticas e teorias educacionais. Apesar de algumas análises e críticas (HALL, 2009) considerarem a falta de sistematização de alguns conceitos dispostos por esse pensador, interessa à discussão desse artigo, quanto à questão da identidade e suas vinculações com a linguagem, suas postulações relativas ao discurso, à constituição do sujeito, aos poderes e às instituições modernas.

Em sua aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, a qual originou *A Ordem do Discurso*, Foucault explana sobre os mecanismos de controle do discurso, referindo-se, também, à educação e à linguagem

O que é afinal um sistema e ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma *fixação dos papéis para os sujeitos que falam*; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e *uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes*? Que é uma “escritura” (a dos “escritores”) senão um sistema semelhante de sujeição, que toma formas um pouco diferentes, mas cujos grandes planos são análogos? (FOUCAULT, 2007, p. 44-45, grifo nosso).

É possível notar o suporte que essas proposições de Foucault oferecem às conjecturas sobre os processos de construção da identidade, sobre os sistemas de representação que as reproduzem, bem como à ideia de se empreender uma prática discursiva que questione e interfira em tais mecanismos de controle.

Daí a razão de se pensar as aulas de língua materna como espaço privilegiado para o desenvolvimento estratégico dessa prática discursiva.

Nesse sentido, é pertinente considerar, aqui, também as contribuições de Michel Pêcheux quanto à Análise do Discurso. Esse teórico, ao preferir entrecruzar em suas reflexões o caminho do acontecimento, da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso, e, considerando “o efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure”, alude às tendências recentes da pesquisa linguística quanto à abordagem do equívoco da língua (PÊCHEUX, 1983, p. 18-19, 45, 50).

Assim, afirma que sua posição quanto à análise de discurso supõe que “através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como *tomadas de posição*, reconhecidas como tais, isto é, como *efeitos de identificação assumidos e não negados*” (PÊCHEUX, 1983, p. 57, grifo nosso).

Observa-se que a ideia de uma reação, de uma “tomada de posição” quanto às inerências de uma prática discursiva, é patente

entre as postulações fundadoras da Análise do Discurso. Nota-se, também, que, através desses posicionamentos, os processos, os “efeitos” de identificação se constituem, conforme postulou Pêcheux acima. Resta agora verificar como isso pode se dar no caso de se instituir, “assumir”, também, posicionamentos estratégicos, com possibilidade de interferirem, sistemicamente, na “ordem” social dos sistemas de representação. Eis a intenção desse trabalho ao conjecturar as aulas de língua materna como lugar estratégico para o desenvolvimento da prática discursiva.

Prática discursiva como estratégia nas aulas de língua materna

De acordo com Bagno, uma das funções da escola é propiciar

“[...]uma educação linguística” que tenha como elementos constitutivos o desenvolvimento ininterrupto das habilidades de ler, escrever, falar e escutar; conhecer e reconhecer a realidade intrinsecamente múltipla, variável e heterogênea da língua; e a constituição de um conhecimento sistemático sobre a língua, tomada como objeto de análise, reflexão e investigação (BAGNO, 2002, p. 17-18, grifo do autor).

Nota-se que essa perspectiva da educação linguística prevê o reconhecimento da realidade múltipla, variável e heterogênea da língua, bem como a constituição de um conhecimento sistemático sobre a língua. É, justamente, neste último ponto que se faz pertinente a noção de prática discursiva. Esta, na abordagem dos estudos de Foucault, deriva da própria concepção de discurso desse pensador, segundo o qual “definir em sua individualidade singular um sistema de formação é [...] caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela *regularidade de uma prática*” (FOUCAULT, 2008, p. 82-83, grifo nosso).

Assim, prática discursiva, conforme define Foucault

“[...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Nessa mesma linha de Foucault (1969), Eni Orlandi, uma das referências em *Análise de Discurso no Brasil*³, explora a definição de discurso como “regularidade de uma prática”, “definição em que a unidade do discurso não está na ‘coerência visível e horizontal dos elementos formados, ela reside bem aquém, no sistema que torna possível e rege uma formação” (ORLANDI, 1993, p. 55).

Postulando sobre o fenômeno da heterogeneidade, inscrito na noção de discurso, Orlandi parte da concepção de discurso como dispersão de textos e do texto, como uma dispersão do sujeito, entendendo, assim, que “[...] a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa (marca) várias posições no texto” (ORLANDI, 1993, p. 53).

De acordo com essa autora, as diferentes posições do sujeito correspondem a diversas formações discursivas, significando, isso, que “a constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea [...] já que a ideologia não é uma máquina lógica, sem descontinuidades, contradições” (ORLANDI, 1993, p. 53-54).

Aludindo a Foucault (1969), Orlandi toma, também, como parâmetro a afirmação de que “são as formas de assujeitamento ideológico que governam os mecanismos enunciativos”, sendo estes “infinitamente mais complexos que aqueles postulados pela liberdade do ‘sujeito falante’ das teorias da enunciação” (ORLANDI, 1993, p. 54). Para Orlandi, enquanto nas teorias da enunciação, marcas atestam

³ A *Análise de Discurso* em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. Disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_04/eniorlandi.pdf>. Acesso em 23.jan.2011.

a relação do sujeito com seu dizer e, através dele, com o mundo no jogo da intersubjetividade (BENVENISTE, 1976 apud ORLANDI, 1993, p. 54), na AD não há liberdade do sujeito e as marcas não são detectáveis mecânica e empiricamente; os mecanismos enunciativos são construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico (ORLANDI, 1993, p. 54).

No entender de Orlandi, com base em Vignaux (1979), “há, na gênese de todo discurso, o projeto totalizante de um sujeito” que o converte em autor, sendo este projeto o de “[...] assegurar a coerência e a completude de uma representação” (ORLANDI, 1993, p. 55-56).

Lembrando Althusser (1970), Orlandi afirma que o autor “é uma das dimensões em que se revela a “interpelação do indivíduo em sujeito”, interpelação que traz consigo, necessariamente, a aparência de unidade que a dispersão toma” (ORLANDI, 1993, p. 56).. Dessa forma é possível observar, segundo essa autora, os efeitos da ideologia: aparência da unidade do sujeito e a da transparência do sentido, funcionando como “evidências” que são produtos da ideologia (ORLANDI, 1993, p. 56).

De acordo com Orlandi, “é a relação do sujeito com o texto, deste com o discurso, e a inserção do discurso em uma formação discursiva determinada que produz a impressão da unidade, a transparência”. Assim, Orlandi propõe um deslocamento [...] “ao invés de tratar, no domínio da enunciação, dos modos de enunciação do discurso [...], trata do próprio modo como a dispersão e a unidade jogam na constituição da textualidade” (ORLANDI, 1993, p. 57).

De acordo com essa autora, ao tratar dessa construção, atinge-se o modo pelo qual o texto é atravessado por várias formações discursivas. Ressalta, no entanto que “[...] a relação entre as diferentes formações discursivas no texto podem ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação, etc.” e que “o resultado da relação de autoria do sujeito com essa pluralidade de formações discursivas no texto não é necessariamente a de harmonizar, excluir, etc.”

podendo isso “ser observado pelo modo de existência da polifonia no texto” (ORLANDI, 1993, p. 57-58).

Assim, Orlandi toma “[...] a polifonia como um dos lugares de se observar a relação entre as diferentes formações discursivas e a constituição do texto em sua unidade” (ORLANDI, 1993, p. 58).

Considerando, então, as relações entre texto, sujeito e formação discursiva, essa autora explicita as noções de sujeito e autor. Com Foucault (1971), menciona que “[...] há processos internos de controle e delimitação do discurso” que “se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão do acontecimento e do acaso do discurso”, sendo que esse controle “pode ser observado em noção como as de *comentário, autor e disciplina*” (FOUCAULT, 1971, p. 60, grifo nosso).

Para Orlandi, o princípio da autoria, tomado como uma extensão ao de Foucault, abrange também a função restritiva e coercitiva, implicando, isso, em “considerar o autor como o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações”. Dessa forma, concebe a unidade do texto como “efeito discursivo que deriva do princípio da autoria”, atribuindo, assim “um alcance maior que especifica o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso” (ORLANDI, 1993, p. 61).

O princípio da autoria, segundo Orlandi, institui a unidade que se faz a partir da heterogeneidade, podendo esta, ser pensada como uma função enunciativa. Concebe, então, as várias funções enunciativas do sujeito falante na seguinte ordem e da seguinte forma:

Locutor: aquele que se representa como “eu” no discurso.

Enunciador: perspectiva que esse “eu” constrói.

Autor: função social que esse “eu” assume como produtor da linguagem (ORLANDI, 1993, p. 61).

Orlandi enfatiza que “o autor é, das dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc.” Assim, entende que “explicitar o princípio de autoria é desvelar o que produz o *apagamento do sujeito*”, possibilitando, dessa forma, “observar a relação dinâmica entre sujeito e discurso”, na qual o falante é o material empírico bruto e, como enunciador, torna-se o sujeito dividido em suas várias posições (liberdade), enquanto o autor “apaga o sujeito produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo seu discurso [responsabilidade]” (ORLANDI, 1993, p. 61-62, grifo nosso).

Portanto, conforme afirma a autora, “[...] é na relação entre discurso e sujeito que podemos apreender o jogo entre a liberdade (do sujeito) e a responsabilidade (do autor)” (ORLANDI, 1993, p. 62).

Presume-se que, nessa dinâmica, seja possível valer-se da responsabilidade do autor estrategicamente, uma vez que, sendo este determinado pelo discurso, isentando, apagando o sujeito em suas várias perspectivas, cede-se à ilusão da autonomia e unidade do sujeito autor (efeito ideológico), de modo que o falante, “material empírico bruto”, mantém, teoricamente, a imparcialidade quanto às asserções de um determinado conteúdo. Daí a possibilidade de, sistemicamente, interferir no sistema, pois, de acordo com Orlandi, a assunção do sujeito ao seu papel de autor, “implica [...] uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social” (ORLANDI, 1993, p. 79).

A partir desse entendimento, Orlandi considera, então, com mais especificidade, a relação entre linguagem e sujeito associada à vida escolar. Aludindo a Foucault, essa autora enfatiza que a noção de sujeito “na verdade está suposta em toda reflexão que procure *problematizar qualquer prática de conhecimento*”. Para ela “[...] o sujeito está, de alguma forma, inscrito no texto que produz” (ORLANDI, p. 76, grifo nosso). Daí a noção de autoria.

Citando Haroche (1984), Orlandi ressalta que o sujeito autor se define como sujeito-jurídico: possui direitos e deveres. Na relação com a linguagem, “esse sujeito é capaz de uma liberdade sem limite a uma submissão sem falhas”. (ORLANDI, 1993, p. 77-78).

Uma vez que o autor é a instância mais determinada pela representação social, conforme postula Orlandi, sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social

[...] do autor se exige: coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à formação do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” do seu discurso. (ORLANDI, 1993, p. 78).

Assim, de acordo com Orlandi, o autor é o “sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido” e, para se chegar a essa instância, faz-se necessária a atuação da escola: “eis onde deve incidir a reflexão linguístico-pedagógica para que o professor de língua possa atuar, dando a conhecer ao aluno a natureza desse processo no qual o ‘aprender a escrever’ o engaja”. (ORLANDI, 1993, p. 79).

Retomando, então, a ideia geral deste artigo, é possível notar que essa posição estratégica do sujeito autor que é determinado socialmente, que atua sob a lei, inclui-se entre os processos de construção da identidade e da diferença. O sujeito autor também depende dos sistemas de representação, também se constitui em relação a outros sujeitos – falante, locutor, enunciador – ou seja, pela diferença. O que se destaca, nesse caso, é que, ao invés de o sujeito autor nutrir a diferença como excludente, estigmatizadora, ele terá a possibilidade de atuar politicamente, em prol da problematização, do questionamento dos “[...] sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (SILVA, 2009, p. 91), ao assumir a responsabilidade social sobre sua produção. Isso é prática discursiva

e essa postura pode e deve ser implementada nas aulas de língua materna, conforme postulação de Bagno no início desta subseção.

Como propõe Orlandi, “para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade: ele constrói assim sua identidade como autor (ORLANDI, 1993, p. 78-79).

Eis a articulação pensada por Hall: “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós [...]. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou fixação do sujeito ao fluxo do discurso [...]” (HALL, 2009, p. 112).

Considerações finais

Neste artigo tratou-se, sob a perspectiva dos Estudos Culturais, de questões relacionadas ao processo de construção da identidade e da diferença, das vinculações destas com os sistemas simbólicos e sociais que lhes dão suporte e sustentação, enfatizando-se a viabilidade e a conveniência da utilização estratégica do espaço das aulas de língua materna, através de uma prática discursiva problematizadora.

Assim, foram consideradas, inicialmente, com Hall (2001, 2009), Woodward (2009), Silva (2009) e Bauman (2005), algumas teorizações sobre o colapso das identidades, seu caráter instável, descentrado e deslocado provocado pelas transformações das sociedades modernas, processo conhecido como globalização, que também incidiu sobre a fragmentação do sujeito, descentrando-o. Isso, em virtude do caráter da mudança que caracterizou esse período diante dos conflitos nacionais e étnicos fundados na marcação da diferença, tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. Daí a relação desses fenômenos com as propriedades constitutivas da linguagem, do sujeito e, por conseguinte, da identidade, uma vez que estes são dependentes de representação para adquirirem sentido, conforme frisou, também, Gabler (2007).

Em seguida, direcionou-se a discussão para as implicações pedagógicas do tratamento dessa vinculação entre identidade, linguagem e sujeito, aludindo-se às postulações de Foucault (2007, 2008), Pêcheux (1983), Orlandi (1993), Bagno (2002), depreendendo-se das abordagens, a possibilidade e a conveniência de se empreender uma prática discursiva nas aulas de língua materna, através da instituição de um sujeito autor estratégico que, agindo sob as determinações sistêmicas, tenha condição de interferir no curso das mesmas, vislumbrando-se, através dessa articulação, a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos.

Assim, espera-se, que as considerações deste artigo contribuam para a difusão dessa perspectiva dos Estudos Culturais que busca a sutura, usando terminologia de Hall, entre as complexas dimensões envolvidas no processo de construção da identidade e da diferença e entre as relações destas com a linguagem, sabendo-se que a prática discursiva instituinte do sujeito autor é apenas uma das possibilidades de problematização dessas questões, sendo possível avançar mais nessa pesquisa.

Referências

BAGNO, M. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, M., STUBBS, M., GAGNÉ, G. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002, p.13-82.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée l e 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971). Tradução de Laura Fraga de Almeida. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, junho de 2007.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GABLER, Iracema. Bruner, Wallon e Vygotsky – Psicólogos de Olho da Linguagem. In: AMARAL, Nair F. Gurgel do; TEZZARI, Neusa dos Santos (Orgs.). **Cultura, Leitura e Linguagem**: discursos de letramentos. Porto Velho/RO: Edufro, 2007, p. 307-317.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da et al. (Orgs.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ORLANDI, E. P. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. In: **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 53-83. (Coleção Passando a Limpo)

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) et al. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) et al. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.